ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS: AVALIAÇÃO DA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DE PRAÇAS

PASSAMANI, Amanda Jeveaux
(amandajeveauxp@gmail.com)
Universidade Velha (UVV), Brasil

RAMOS, Larissa Leticia Andara
(larissa.ramos@uvv.br)
Universidade Velha (UVV), Brasil

JESUS, Luciana Aparecida Netto
(luciana.a.jesus@ufes.br)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

CONDE, Karla Moreira
(karla.conde@ufes.br)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:

segurança viária, segurança urbana, ferramenta de avaliação, praças, QualificaURB

RESUMO

Espaços livres públicos, em especial as praças, quando qualificados, favorecerem as práticas sociais, recreativas e esportivas, contribuem para a vitalidade urbana e consequente mitigação da sensação de insegurança pública. Durante a pandemia do Covid 19, tais espaços vêm ganhando protagonismo ao possibilitar encontros sociais ao ar livre, diminuindo riscos de contágio. Entretanto, ainda imperam, na maioria das cidades brasileiras, problemas de gestão, manutenção e segurança desses espaços. Posto isto, o artigo expõe os resultados da avaliação da segurança pública e viária de praças, a partir da aplicação de indicadores presentes na ferramenta analítica-avaliativa "Qualifica-URB", desenvolvida em parceria com duas universidades. Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, com recorte espacial as praças da Grande Cobilândia, Vila Velha-ES. Após a identificação e mapeamento, a qualidade socioambiental das praças foi avaliada considerando as quatros categorias de análise da ferramenta QualificaURB, que foram correlacionadas com dados de criminalidade nos espaços públicos. A ferramenta é organizada em categorias, atributos e indicadores, que recebem classificações variando de "insuficiente", "regular", "bom" a "ótimo". Este artigo apresenta os resultados da categoria "Proteção e segurança", a qual verifica elementos da segurança viária e da morfologia urbana que contribuem para a proteção física e para a prevenção do crime. Das 5 praças analisadas, 4 receberam classificação "regular" e uma "insuficiente", evidenciando fragilidades relacionadas à iluminação pública, vigilância, morfologia e segurança viária. A maioria das praças estão situadas em bairros residenciais, com entornos pouco diversificados, mas com tipologias arquitetônicas caracterizadas por fachadas fisicamente permeáveis que contribuem para vigilância natural. Entretanto, observou-se que em praças interceptadas por vias arteriais, este efeito é prejudicado, comprovado com os registros de incidências criminais. As avaliações contribuem para identificação de vulnerabilidades e de aspectos passíveis de melhorias que ressignifiquem a função da praça, favorecendo a vitalidade e consequente segurança urbana.

1. INTRODUÇÃO

Os espaços públicos ganham cada vez mais destaque em um contexto urbano adensado. Queiroga (2011) ressalta que são nos espaços livres públicos que a vida pública tem seu maior suporte, constituídos por locais que permitem a sociabilidade, a diversidade e a pluralidade. Dentre esses espaços públicos, a praça ganha destaque devido seu papel social, econômico e ambiental. Apresentam-se como locais favoráveis aos encontros e trocas sociais, fortalecendo a vitalidade urbana.

Em relação à segurança pública, Gehl (2014, p.91) afirma que são as pessoas que tornam a vida na cidade mais segura e convidativa, tanto no que tange a segurança vivenciada quanto aquela percebida. Para o autor, sentir-se seguro é "crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano". Jacobs (2000) ressalta que um dos requisitos primordiais para a segurança urbana são os "olhos da rua", expressão que evidencia o papel da vigilância natural a partir da presença de pessoas nas ruas, mas também de edifícios que possibilitam, através de suas fachadas, o contato visual com o exterior.

Neste sentido, um espaço público seguro deve apresentar infraestrutura adequada para o uso da população, com equipamentos e mobiliários adequados, iluminação pública suficiente, diversidade de usos, um entorno com permeabilidade visual, térreos ativos, bem como calçadas e travessias seguras ao tráfego.

Leite (2011) afirma que a visão social na qual os espaços públicos deveriam promover a socialização e o encontro das pessoas, assim como as áreas verdes deveriam contribuir para sua estruturação, não foi capaz de alterar a organização física deficiente e o descaso pelos espaços livres públicos. A maioria dos municípios brasileiros produzem espaços livres públicos sem conexão entre si, além de não apresentarem equipamentos e características que atendam de maneira satisfatória a população, resultando em espaços muitas vezes inóspitos, que tendem ao esvaziamento e ao descaso, contribuindo para a insegurança urbana.

Considerando o potencial dos espaços livres públicos para o enriquecimento da vida urbana, percebe-se a relevância de estudos que avaliem a qualidade socioambiental desses espaços, evidenciando também elementos que contribuem para a segurança pública e viária, bem como identifiquem aspectos que afastam as pessoas de utilizarem e permanecerem no espaço público.

2. OBJETIVOS

Diante desse contexto, este artigo analisa aspectos socioambientais que qualificam e garantem a segurança pública e viária dos espaços livres públicos, a partir da aplicação e avaliação dos indicadores referentes à categoria "Proteção e Segurança", tendo como recorte as praças da Regional Administrativa 4 - Grande Cobilândia, município de Vila Velha - ES. Destaca-se que a avaliação das praças da Regional foi realizada na íntegra, considerando as quatro categorias da ferramenta; "Proteção e Segurança", "Conforto e Imagem", "Acessos e Conexões" e "Sociabili-

dade, Usos e Atividades". Entretanto, neste artigo, a ênfase é a primeira categoria que verifica aspectos da morfologia e do desenho urbano que influenciam na segurança da praça, bem como elementos da infraestrutura viária que contribuem para a segurança de pedestres em relação ao tráfego de veículos motorizados.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, com recorte de análise as praças da Regional Grande Cobilândia, município de Vila Velha-ES. As atividades a serem desenvolvidas são definidas em 3 etapas metodológicas, são elas: 1) Contextualização do tema, 2) Mapeamento e análise da distribuição socioespacial das praças e 3) Aplicação da ferramenta de avaliação socioambiental "QualificaURB" e análises dos indicadores.

A primeira etapa foi destinada à pesquisa teórica e à revisão bibliográfica e documental para fundamentação da pesquisa e direcionamento das análises. Na sequência, as praças da Grande Cobilândia foram identificadas e mapeadas, utilizando o Sistema de Informações Geográficas (SIG) - o *software* de geoprocessamento ArcGis (versão 10.4.1) - que permitiu gerar uma base cartográfica digital de inserção de atributos para tabulação e geração de dados georreferenciados. No processo de identificação e mapeamento, foram utilizadas imagens de satélite dos programas *Google Earth* e *Google Maps*, a partir da classificação do Plano Diretor Municipal (VILA VELHA, 2018) que considera as praças como Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs). Também foram necessárias visitas locais para verificar quais das ZEIPs de fato possuíam infraestruturas de praças e área superior a 450 m^2, conforme definido por Jantez (1973 apud CAVALHEIRO; DEL PICCHIA,1992).

Tendo em vista a escassez de estudos específicos sobre avaliação de praças, foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa "Paisagem Urbana e Inclusão", uma ferramenta de avaliação da qualidade socioambiental de praças. A ferramenta foi desenvolvida com base no Índice de Caminhabilidade – iCam (Brasil ITDP, 2019), mediante adequações para o espaço público da praça, somado aos conceitos de Whyte (2009) presente no Guia do Espaço Público (HEEMANN; SANTIAGO, 2015) e de uma robusta revisão de literatura sobre o tema.

Na ferramenta de avaliação, os parâmetros de análise estão organizados em 4 (quatro) categorias: "Proteção e Segurança", "Conforto e Imagem", "Acessos e Conexões" e "Sociabilidade, Usos e Atividades", subdivididas em atributos e indicadores, para, assim, assegurar a aplicabilidade e posterior comparação de resultados. As categorias são subdivididas em 11 atributos, que são, por sua vez, compostos por 24 indicadores. Cada indicador apresenta parâmetros de análise específicos que permitem atribuir uma pontuação unitária e, assim, uma classificação não só por praça, mas também por categoria, atributo e indicador. A classificação varia de "insuficiente" (pontuação de 0 até 0,75), "regular" (pontuação de 0,76 até 1,50), "bom" (pontuação de 1,51 até 2,25) a "ótimo" (pontuação de 2,26 até 3,0).

Na sequência, a tabela 1 apresenta a categoria "Proteção e Segurança", bem como seus atributos, indicadores e autores que embasam os critérios de análise. A categoria "Proteção e Segurança" aborda elementos da morfologia urbana e da segurança viária que contribuem para prevenção de crimes e segurança ao tráfego nas praças.

CATEGORIA: PROTEÇÃO E SEGURANÇA	Atributos	Indicadores / autores
	A.1. Segurança Viária	**A.1.1. Travessias** (REIS e LAY, 2006; GEHL, 2014; BRANDÃO ALVES, 2003; ARAÚJO, 2007; HEEMANN e SANTIAGO, 2015; MACIEL, 2016)
		A.1.2. Tipologia das ruas (GEHL, 2014; BRANDÃO ALVES, 2003; ARAÚJO, 2007; ITDP Brasil, 2019)
	A.2. Segurança Pública	**A.2.1. Iluminação pública** (GEHL, 2014; DE ANGELIS; et al, 2004; BRANDÃO ALVES, 2003; DORNELES e BINS ELY, 2016; MACIEL, 2016; ITDP Brasil, 2019)
		A.2.2. Fluxo de Pedestres Noturno e Diurno (JACOBS, 2000; GEHL, 2014; BRANDÃO ALVES, 2003; ITDP Brasil, 2019)
		A.2.3. Vigilância (GEHL, 2014; HEEMANN e SANTIAGO, 2015; MACIEL, 2016)
		A.2.4. Morfologia da praça GEHL, 2014; HEEMANN e SANTIAGO, 2015
		A.2.5. Fachadas Fisicamente Permeáveis (GEHL, 2014; BRANDÃO ALVES, 2003; MACIEL,2016; ITDP Brasil, 2019)
		A.2.6. Fachadas Visualmente Ativas (GEHL, 2014; HEEMANN e SANTIAGO, 2015; MACIEL,2016; ITDP Brasil, 2019)

Tabela 1. Atributos e Indicadores pertencentes à categoria Proteção e Segurança

Para a avaliação das praças, cada uma delas foi visitada, fotografada e filmada. Através da observação direta, foram coletadas as informações solicitadas por cada indicador e compiladas na ferramenta, que se encontra disponibilizada na Plataforma *CognitoForms*, para assim facilitar a tabulação dos dados e geração de tabelas. Os resultados das avaliações na categoria "Proteção e Segurança" foram correlacionados com os registros de ocorrências de criminalidade nos espaços públicos considerando três categorias: 1) homicídios e tentativas de homicídio; 2) furtos, roubos e latrocínios e 3) tráfico de drogas, a partir de dados disponibilizados pela Gerência do Observatório da Segurança Pública (GeOSP) vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP). Para melhor visualização dos dados, foram gerados mapas de densidade de *Kernel,* identificando com *hotspot* de zonas (software ArcGis - versão 10.4.1) com manchas de maior e menor concentração de ocorrências de crime.

4. CARACTERIZAÇÃO DA REGIONAL GRANDE COBILÂNDIA

O município de Vila Velha possui 501.325 habitantes e ocupa uma área de 209.965 km^2 (IBGE, 2010), dividida em cinco regiões administrativas. O presente artigo tem como recorte espacial de análise a Grande Cobilândia (evidenciada na Figura 1) com uma população de 65.970 habitantes (IBGE, 2010). Conforme ilustrado na Figura 1, quase toda a extensão territorial da Grande Cobilândia é cortada por canais e ocupada por áreas alagáveis, representando um contexto de vulnerabilidade ambiental, uma vez que a regional registra altos índices de alagamentos. Isso ocorre, pois além de existirem áreas de relevo acentuado que conduz as águas das chuvas para as regiões mais baixas, a regional é cortada por canais que estão abaixo do nível do mar. Além disso, o adensamento urbano e a impermeabilização do solo dificultam a drenagem pluvial, causando frequentes enchentes.

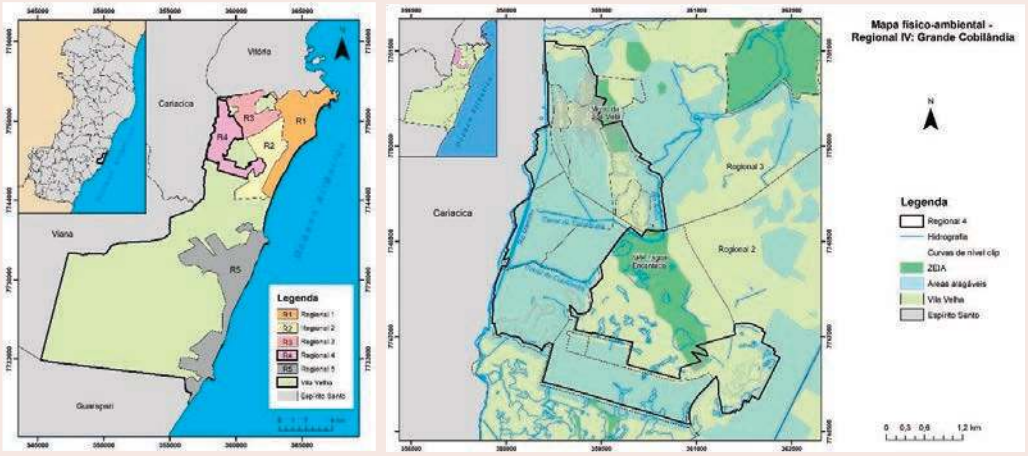

Figura 1. Localização da Grande Cobilândia e Mapa físico-ambiental da Regional.

O Plano Diretor Municipal de Vila Velha (VILA VELHA, 2018) aponta a existência, na Grande Cobilândia, de 12 (doze) Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs), entretanto, após visitas, verificou-se que somente 5 (cinco) ZEIPs apresentam infraestrutura de praça. A Figura 2 ilustra a distribuição espacial das praças em verde, bem como das ZEIPs sem infraestrutura de praça em vermelho. Percebe-se que muitos bairros não são contemplados por espaços livres públicos quando considerado um raio de abrangência de 400 metros[1], o que reforça a necessidade de distribuição equitativa de espaços públicos para atender de forma mais democrática a população da Regional.

1 O raio de 400m corresponde a um intervalo de tempo médio de 5 minutos de caminhada (BERKER, et al., 2006).

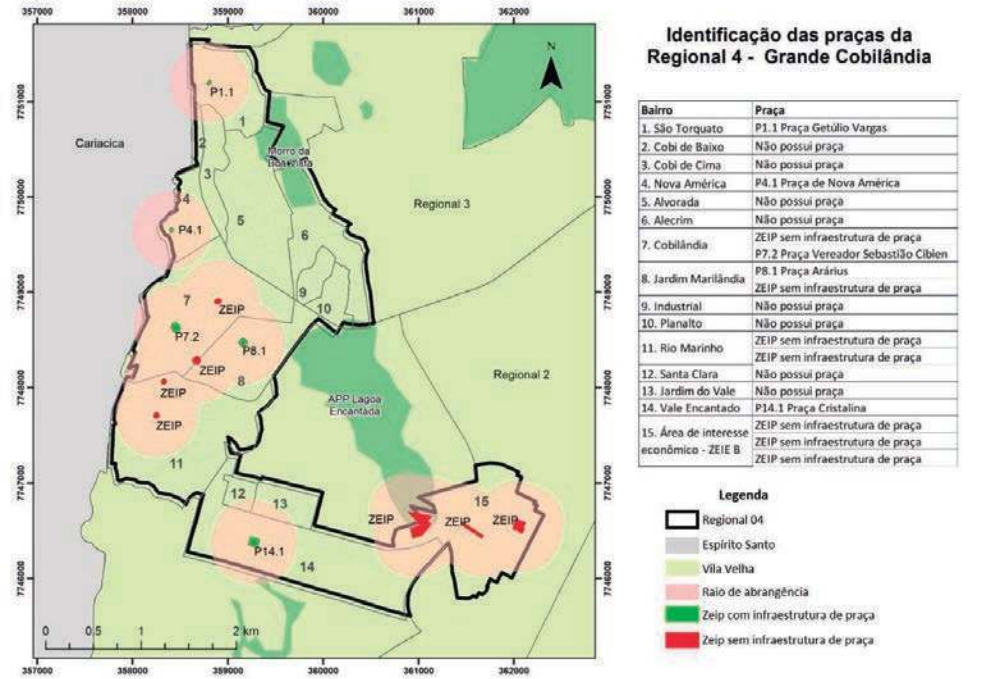

Figura 2. Mapeamento das praças da Regional Grande Cobilândia.

5. APLICAÇÃO DA FERRAMENTA QUALIFICAURB

Cada uma das praças identificadas foi avaliada na íntegra, considerando as quatro categorias, conforme parâmetros estabelecidos na ferramenta "QualificaURB". A tabela 2 apresenta os resultados por praça de todas as categorias avaliadas, além da média final de cada categoria e a média final das praças da Regional, classificada como "regular" (nota=1,36).

Bairros e Praças da Grande Cobilândia		Marilândia	Vale Encantado	Cobilândia	Nova América	São Torquato	**Média final**
		1. Arárius	**2. Cristalina**	**3.Sebastião Cibien**	**4. Nova América**	**5. Getúlio Vargas**	
Categorias	**Proteção e Segurança**	1,17	1,17	1,50	0,75	1,25	**1,17**
	Conforto e Imagem	1,06	1,56	1,72	0,89	0,89	**1,22**
	Acessos e Conexões	1,00	2,50	2,50	0,75	1,75	**1,70**
	Soc. usos, atividades	1,09	2,25	2,59	0,53	0,25	**1,34**
Pontuação Final Praças		**1,08** (regular)	**1,87** (bom)	**2,08** (bom)	**0,73** (insuficiente)	**1,03** (regular)	**1,36** (regular)

Tabela 2. Avaliação das praças da Grande Cobilândia

Os resultados da avaliação demonstram que a categoria "Proteção e Segurança" recebeu a pior classificação entre as analisadas, considerada "regular" (nota = 1,17). A praça Nova América recebeu classificação "insuficiente" em quase todas as categorias, demonstrando a urgência de ações que qualifiquem e resgatem o espaço urbano da praça. As praças Arárius e Getúlio Vargas receberam classificação "regular", assim como a classificação geral da Regional.

O Gráfico 1 apresenta a média por categoria de cada praça analisada, além da média final que receberam. Observa-se a discrepância das notas das praças por categorias, variando entre classificações "insuficiente" a "ótimo", além das avaliações da categoria "Proteção e Segurança" (em amarelo), quase sempre com resultados inferiores à média das praças. Em sequência, serão discutidos mais detalhadamente os resultados da categoria "Proteção e Segurança".

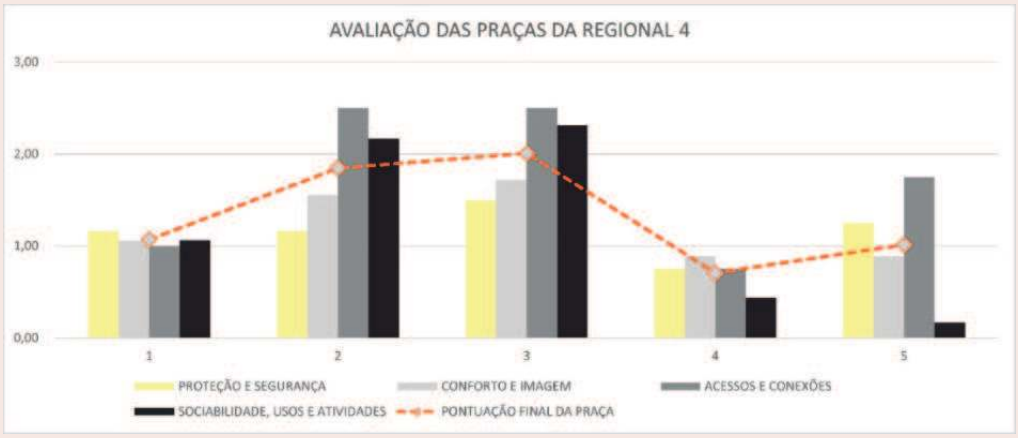

Gráfico 1. Avaliação das praças da Grande Cobilândia por categoria

6. PROTEÇÃO E SEGURANÇA NAS PRAÇAS DA GRANDE COBILÂNDIA

Como pode ser visto na Tabela 3, no primeiro atributo, que verifica a segurança do pedestre em relação ao tráfego de veículos motorizados, quase todas as praças da Regional foram classificadas como "regular" apontando que as travessias que conectam as praças não são completas e, portanto, inseguras, além de apresentarem "tipologias das vias" perimetrais com velocidades superiores ou igual a 40km/h. Destaque para as praças Getúlio Vargas e Nova América, evidenciadas também na Figura 3. A praça Getúlio Vargas (situada no bairro de São Torquato) localiza-se em espaço residuário da malha viária, rodeada por alto fluxo de veículos motorizados. A praça de Nova América, além de ser localizada em uma rotatória, recebeu classificação "insuficiente" no indicador "travessias", pela inexistência de faixas de pedestres.

No que tange a segurança pública, em relação ao indicador "iluminação", as praças da Regional receberam classificação "insuficiente" (nota 0,60), revelando uma maior necessidade de investimentos e propostas de requalificação em iluminação

pública, já que a luminosidade adequada está diretamente relacionada à segurança urbana e à vigilância natural, defendidas por Jacobs (2000) e Gehl (2013), na medida em que inibe ações criminosas.

O "fluxo de pedestres diurno e noturno" também influência na segurança da praça, uma vez que lugares movimentados costumam ser menos propícios a crimes violentos. A Praça de Vale Encantado e a Praça Sebastião Cibien (bairro Cobilândia) foram contempladas com as melhores notas nesse indicador, classificadas como "bom" e "ótimo", respectivamente. Ambas estão situadas em regiões de uso misto e com variedade de equipamentos comunitários (conforme observado na Figura 3), com destaque para as instituições religiosas e escolares que contribuem para fluxo diurno e noturno, em dias diferentes da semana. As demais praças foram classificadas como "regulares", com menor fluxo de pessoas.

BAIRRO		Marilândia	Vale Encantado	Cobilândia	Nova América	São Torquato	**MÉDIA**
PRAÇA ANALISADA		**1. Praça Arárius**	**2.Praça Cistalina**	**3.Praça Sebastião Cibien**	**4. Praça Nova América**	**5. Praça Getúlio Vargas**	
SEGURANÇA VIÁRIA	Tipologia de via	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Travessias	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,80
	Pontuação Final Atributo Segurança Viária	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**0,50**	**1,00**	**0,90**
SEGURANÇA PÚBLICA	Iluminação Pública	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,60
	Fluxo de pedestres diurno e noturno	1,00	2,00	3,00	1,00	1,00	1,60
	Vigilância	0,00	3,00	3,00	0,00	1,00	1,40
	Morfologia da praça	1,00	1,00	1,00	2,00	3,00	1,60
	Fachadas fisicamente permeáveis	3,00	1,00	3,00	3,00	3,00	2,60
	Fachadas visualmente ativas	2,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,80
	Pontuação Final Atributo Segurança Pública	**1,33**	**1,33**	**2,00**	**1,00**	**1,50**	**1,43**
TOTAL	**PROTEÇÃO E SEGURANÇA**	**1,17** (regular)	**1,17** (regular)	**1,50** (regular)	**0,75** (insuficiente)	**1,25** (regular)	**1,17** (regular)

Tabela 3. Resultados da categoria "Proteção e Segurança"

Para avaliação do indicador "vigilância", observou-se a presença de câmeras de monitoramento, postos policiais e rondas policiais. Duas praças (Vale Encantado e Sebastião Cibien) foram classificadas como "ótimo" pois além de serem monitoradas, também possuem postos policiais. Uma praça foi classificada como "regular" (Praça Getúlio Vargas), por apresentar apenas câmeras de monitoramento, não atendendo outros parâmetros deste indicador.

Em "morfologia da praça", avaliaram-se elementos que obstruem a visualização completa no interior da praça, visto que muros altos e determinadas construções podem criar zonas "cegas" na praça e prejudicar a segurança no local. A praça Getúlio Vargas recebeu classificação "ótimo" neste indicador, por não possuir muros no seu perímetro ou obstáculos no seu interior. A praça Nova América foi classificada como "bom" e as demais praças da Regional receberam classificação "regular", já que apresentam muros em até 50% do seu perímetro e/ou construções no interior da praça que dificultam o contato visual e a vigilância natural, resultando em áreas vulneráveis.

As fachadas no entorno de praças também contribuem para a segurança do local, visto que fachadas ativas propiciam a permeabilidade visual (GEHL, 2014). Apesar do indicador "fachadas fisicamente permeáveis" ter recebido, em 80% das praças, classificação "ótimo", entretanto o indicador "fachadas visualmente ativas" recebeu classificação "regular" ou "insuficiente" na maioria das praças. Tais características evidenciam que as praças da Grande Cobilândia estão situadas em regiões predominantemente residenciais, com entorno pouco diversificado, mas com tipologias arquitetônicas caracterizadas por fachadas fisicamente permeáveis. As edificações sem afastamentos laterais e frontais, situadas em lotes com testadas pequenas e várias entradas, auxiliam na permeabilidade urbana e consequente vigilância natural. Entretanto, observou-se que em praças interceptadas por vias arteriais, este efeito é prejudicado, comprovado com registros de incidências criminais (Figura 4).

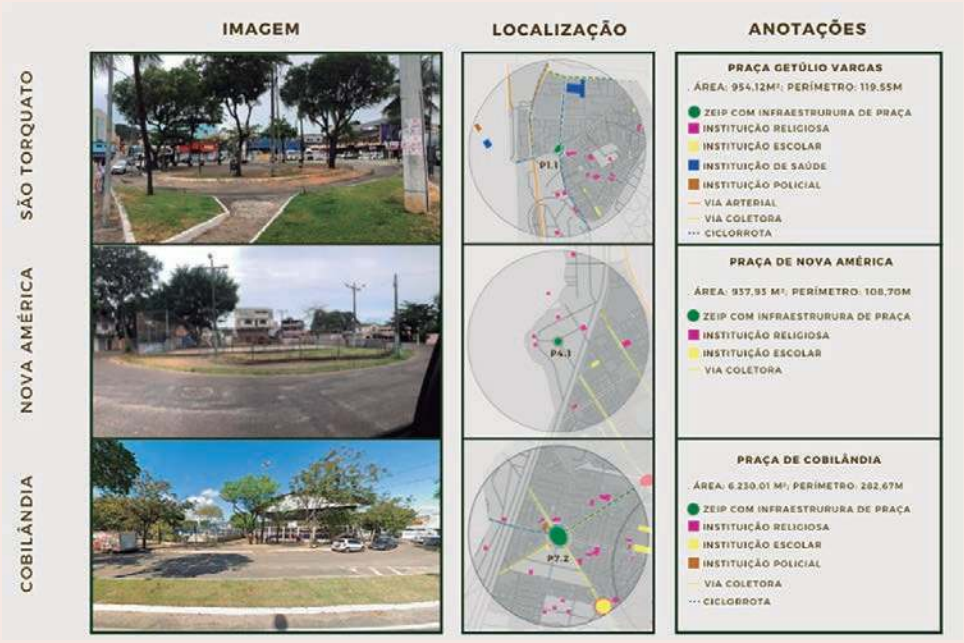

Figura 3. Ficha com imagens e mapas de análise urbana das praças Getúlio Vargas (bairro São Torquato), Nova América e Sebastião Cibien (bairro Cobilândia)

A fim de analisar a relação entre a presença de espaços livres de uso público e as ocorrências criminais no contexto urbano da Regional 04, foram utilizados dados da GeOSP/SESP do estado do Espírito Santo, aliados ao mapeamento das praças da Grande Cobilândia. As três categorias de incidências criminais ocorridas no espaço público: homicídio, tráfico de drogas, e roubos e furtos foram analisadas no período de janeiro de 2016 a dezembro 2019.

Na Figura 4, são demonstrados, por meio da gradação de cores do azul ao vermelho, os espaços livres públicos com menores e maiores incidências criminais, além das praças, localizadas na Regional pela cor verde, e seus respectivos raios de atendimento à população. Percebe-se que grande parte das incidências criminais de homicídios e tráfico de drogas encontram-se fora dos raios de abrangência das praças, situadas em áreas mais periféricas e em regiões caracterizadas por aglomerados subnormais.

Ao analisar a ocorrência de crimes nos espaços públicos da regional, nota-se que o entorno da praça Getúlio Vargas apresenta alta incidência criminal. Apesar de tal situação refletir o contexto de vulnerabilidade social em que a praça está inserida, vale destacar que a mesma apresenta classificação "regular" na categoria "Proteção e Segurança", configurando-se como espaço residual da malha viária sem infraestrutura adequada para o uso e apropriação da população. Ademais, observa-se que praças com entorno predominantemente comercial apresentam índices maiores de roubos e furtos, porém os crimes como homicídio e tráfico de drogas são mais raros.

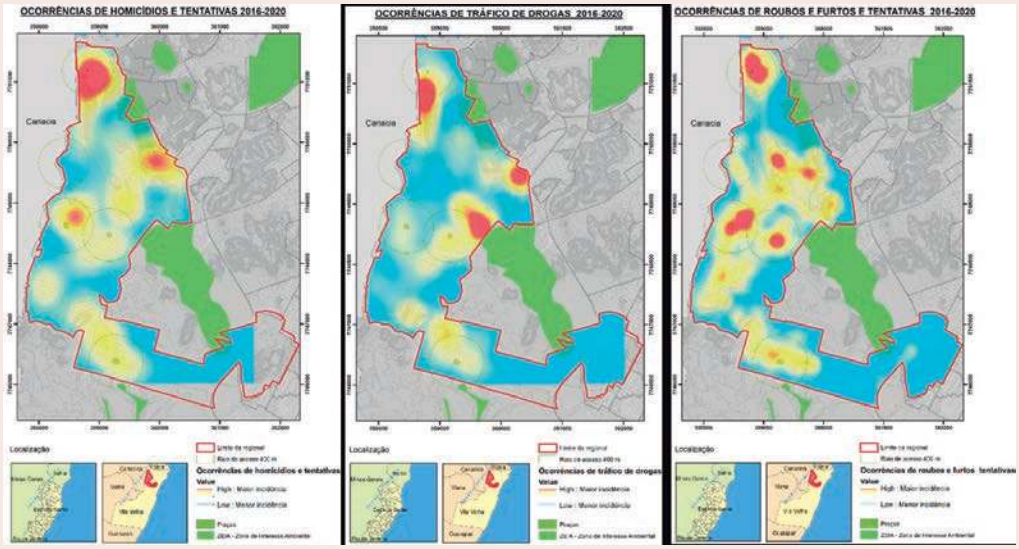

Figura 4. Incidências criminais de homicídios, tráfico de drogas e roubos e furtos da Regional 04.

7. CONCLUSÕES

Os espaços livres públicos, em especial as praças, além de serem locais para convívio social, são fundamentais para melhoraria da segurança pública, na medida em que favorecem a vitalidade urbana e a vigilância natural. Se tais locais apresentam infraestrutura adequada, melhoram a relação usuário-ambiente e influenciam no uso e apropriação do espaço. As praças da Regional Grande Cobilândia carecem de iluminação pública e entorno diversificado, atributos essenciais para que as praças sejam lugares seguros em um contexto urbano adensado.

Quando verificada a avaliação da qualidade socioambiental das praças, a categoria "Proteção e Segurança" está entre as piores classificações, sendo que das 5 (cinco) praças avaliadas, 4 (quatro) foram classificadas como "regular" e 1 (uma) como "insuficiente". Esse fator denuncia a necessidade de uma maior atenção para aspectos da praça, em especial, relacionados ao desenho e à morfologia urbana do entorno, que possam inibir ações criminosas no espaço público, além de travessias seguras que vão garantir a segurança viária.

O indicador "fachadas fisicamente permeáveis" foi o mais bem avaliado na categoria. A maioria das praças situam-se em bairros residenciais, com o entorno das praças, predominamente, com térreos das edificações permeáveis, contribuindo para a avaliação positiva desse indicador. Em contrapartida, os indicadores "travessias", "iluminação pública" e "fachadas visualmente ativas" receberam as piores avaliações, ressaltando a necessidade de investimentos para que as praças sejam mais iluminadas, com entorno seja diversificado e as travessias sejam seguras e acessíveis.

As avaliações evidenciam aspectos potenciais, mas também as principais fragilidades das praças analisadas, servindo, assim, de referência para propostas de requalificação e manutenção desses espaços, visando maior segurança não só no espaço público, mas também na Regional como um todo. Ao criar locais de encontro inclusivos e confortáveis, a esfera da vida pública é enriquecida e a comunidade local se apropria do espaço, garantindo segurança e beneficiando a vida urbana.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brandão Alves, F. (2003). Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Brasil, ITDP Brasil.(2019). Índice de Caminhabilidade Ferramenta, Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2019.

Berke, Philip; Godschalk, David R.; Kaiser, Edward J.; Rodriguez, Daniel.(2006). Urban land use planning. 5th edition. Urbana: University of Illinois Press.

Cavalheiro, F.; Del Picchia, P.C.D. (1992). Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana, 4 Vitória (ES), de 13 a 18 de setembro de 1992, Anais I e II, p.29-38. 1992

De Angelis, B. L. D.; Castro, R. M. De; De Angelis, G. (2004). Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. Engenharia Civil Um, Maringá, PR, nº 20, 2004. p. 57-70.

Dorneles, V. G.; Bins Ely, V. H. M. (2016) Áreas livres acessíveis para idosos. Paisagem Ambiente: ensaios, São Paulo, SP, n. 22, p. 299- 308, 2006. HANNES, Evy. Espaços abertos/espaços livres: um estudo de tipologias. Paisagem e Ambiente, n. 37, p. 121-144.

Gehl, J. (2014). Cidades para pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

HANNES, Evy. (2016). Espaços abertos/espaços livres: um estudo de tipologias. Paisagem e Ambiente, n. 37. p. 121-144

Heemann, J ; Santiago, P. C. (2015) Guia do espaço público para inspirar e transformar. Mountain View, USA.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE.

ITDP Brasil. (2019). Índice de Caminhabilidade Ferramenta, Versão 2.0. Rio de Janeiro.

Jacobs, Jane. (2000). Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

LEITE, M. A. F. P. (2011). Um sistema de espaços livres para São Paulo. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 159-174.

Maciel, Mariana Altoé. (2016). Uma proposta de lista de verificação para a avaliação de praças. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

Queiroga, E. F. (2011). Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate, v. XIX, n.21, p.25-25.

Reis, A. T.; Lay, M. C. D. (2006) Avaliação da qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. Ambiente construído, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 3, 2006. p. 21-34, jul./set.

Santiago, Paola Caiuby; Marchesano, Tiago. (2016). Guia do Espaço Público. 2. ed. São Paulo: Conexão Cultural, 2016.

Vila Velha. (2018) Lei Complementar nº 65, de 09 de novembro de 2018. Institui a revisão decenal da lei municipal nº 4575/2007 que trata do plano diretor municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providencias. Vila Velha: Câmara Municipal de Vila Velha.

Whyte, William. (2004). The Social Life of Small Urban Spaces. 3rd ed., New York: Project for Public Spaces.